
Editorial

A NORMALIZAÇÃO DA EXTENSÃO: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

Building up a standard system to structure extension practices

Waldenor Barros Moraes Filho*

RESUMO: *A Universidade, como instituição preocupada com o rigor científico, deve buscar uma extensão universalizada, profissional, acadêmica, planejada e estruturada, parte integrante de seu plano de desenvolvimento institucional e sistematizada em bases nacionais. Tal estruturação poderá possibilitar comparações, análises, investimentos e avaliações nacionais, fortalecendo as práticas e procedimentos, assim como estimulará o reconhecimento da extensão pelas entidades oficiais como um processo científico-acadêmico. Além do mais, será possível planejar a extensão no âmbito de cada instituição, nas diversas regiões e, até mesmo, nacionalmente, caminhando para a racionalização de recursos e potencializando ações.*

ABSTRACT: *The university, as an institution concerned with scientific processes, should stimulate standardized, professional, academic, planned and nationally structured extension practices, as part of its strategic development plan. Only through such standard structuring will it be possible to establish national comparisons, analysis, investments and evaluations, which will hopefully help strengthen practices and procedures in search for better planning conditions, rationalization of means and the official recognition of extension activities as scientific and academic processes.*

UNITERMOS: *Extensão; Sistematização; Planejamento.*

KEYWORDS: *Extension; Structuring; Planning.*

* Professor do Instituto de Letras e Linguística e Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia.

Como fonte de oxigenação do conhecimento produzido na universidade, a extensão permite a interação necessária e fundamental entre os conhecimentos tácito e implícito. O conhecimento tácito e os saberes populares, decorrentes da vivência comum, em contato com os resultados de pesquisas e estudos científicos realizados no âmbito de laboratórios e em simulações teórico-práticas nas universidades, provocam reflexões e, por vezes, conflitos, que podem conduzir a uma reorganização do conhecimento implícito, acadêmico, resultante do processo científico. Essa interação e a subsequente oxigenação do conhecimento, para tornarem-se rotina nas nossas Instituições de Ensino Superior, precisam ser definitivamente institucionalizadas nas pró-reitorias de extensão, nos cursos de graduação, como partes integrantes da estrutura curricular, e integradas às atividades de pesquisa, tendo em vista a formação integral do cidadão. Sem essa busca pela indissociabilidade, a universidade poderá estar se afastando do exercício do seu papel social, deixando de contribuir para melhores condições de vida para todos, especialmente em um país de grandes diferenças e carências como o Brasil.

Para que a universidade possa cumprir esse seu papel, a prática extensionista precisa ser vivenciada por todos que compõem seus quadros – alunos, técnicos administrativos e professores, não como uma “boa ação” cidadã, mas como um conjunto de ações integradas e como um processo acadêmico-científico, com rigor estrutural, padronização de conceitos e normas, planejamento, com objetivos e metas de médio e longo prazos e com avaliação de seus métodos, resultados e impactos sociais.

As práticas extensionistas não devem, portanto, ter o caráter político-ideológico efêmero, característico de administrações públicas, como pode ser verificado em planejamentos de algumas Secretarias de Ação Social, ou órgãos equivalentes, que centram suas ações em planos que, além de assistencialistas, são frequentemente descontinuados tendo em vista a ausência de uma visão mais sistêmica.

A Universidade, como instituição preocupada com o rigor científico, busca uma extensão universalizada, profissional, acadêmica, planejada e estruturada, parte integrante de seu plano de desenvolvimento institucional. Nesse sentido, o Plano Nacional de Extensão, o Programa Universidade Cidadã e os demais documentos produzidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, apresentam uma proposta de sistematização da extensão que precisa ser implementada nacionalmente, principalmente porque foi pensada e elaborada pelas próprias universidades públicas, sem nenhum

tipo de interferência governamental e posteriormente referendada pelo Ministério da Educação. Os cursos de graduação e de pós-graduação, assim como as atividades de pesquisa são regidos historicamente por regulamentação específica, muitas vezes definida sem a participação direta das universidades, diferentemente do que vem acontecendo com a extensão. Tais normas relativas à estruturação do ensino e da pesquisa, mesmo tendo sido institucionalizadas verticalmente, permitem possíveis comparações, análises, investimentos e avaliações nacionais. A extensão, por sua vez, justificava, até pouco tempo, sua falta de planejamento institucional, estrutural e organizacional, assim como as divergências conceituais, no discurso da liberdade de ação, supostamente inexistente na concepção das normas gerais relativas à organização do ensino e da pesquisa.

Acreditamos que o desenvolvimento da extensão em moldes estruturados nacionalmente não impede, nem inibe a liberdade de ação. Ao contrário, com o fortalecimento das práticas e procedimentos e o decorrente reconhecimento da extensão pelas entidades oficiais como um processo científico-acadêmico, as ações de caráter específico, que asseguram a identidade de cada instituição, poderão resultar em maior visibilidade e na conseqüente universalização da prática extensionista. Além do mais, será possível planejar a extensão no âmbito de cada instituição, nas diversas regiões e, até mesmo, nacionalmente, caminhando para a racionalização de recursos e potencializando ações e evitando-se, desta maneira, eternos e desgastantes rearranjos, na busca por um modelo individual e isolado, adverso ou alheio às questões nacionais.

Assim, finalmente ingressamos na era de uma extensão gerenciada profissionalmente, com ênfase na padronização institucional, na utilização de bancos de dados e na ampla divulgação do conhecimento produzido.